ACÓRDÃO DA 1ª CAMARA	**:**	**AC01-G.JRPC-611/2014**
PROCESSO TC/MS	**:**	TC/4617/2013
PROTOCOLO	**:**	1408318
ÓRGÃO	**:**	AGÊNCIA ESTADUAL DE IMPRENSA OFICIAL
RESPONSÁVEL	**:**	THIE HIGUCHI VIEGAS DOS SANTOS
CARGO DO RESPONSÁVEL	**:**	DIRETORA-PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**	CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 1/2013
RELATOR	**:**	CONS. JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL

EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO – EXECUÇÃO FINANCEIRA

É regular o procedimento de execução financeira da contratação, por meio do qual hajam sido cumpridos os requisitos da lei e do regulamento e não haja vício na documentação apresentada ao Tribunal.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 14ª Sessão Ordinária da Primeira Câmara, de 2 de setembro de 2014, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade, nos termos do voto do relator, em declarar a regularidade do procedimento de execução financeira do Contrato Administrativo n. 1/2013, celebrado entre a Agência Estadual de Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul-AGIOSUL e o Conselho da Comunidade de Campo Grande, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Campo Grande, 2 de setembro de 2014.

Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral - Relator

RELATÓRIO

Versam os autos o Contrato n. 1/2013, celebrado entre a Agência Estadual de Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul/AGIOSUL e o Conselho da Comunidade de Campo Grande, havendo sido a matéria examinada pela 1ª Inspetoria de Controle Externo que, por meio da Análise n. 6748/2014 (peça n. 25), concluiu como regular o procedimento de execução financeira do contrato.

Seguida a tramitação processual, o representante do Ministério Público de Contas manifestou nos autos e emitiu o Parecer GAB.4DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO-7600/2014 (peça n. 26), opinando pela regularidade da execução financeira do contrato em questão.

É o Relatório.

V O T O

Da análise dos elementos constantes dos autos, observo que a etapa da contratação, envolvendo a sua execução financeira, se desenvolveu em consonância com as disposições dos instrumentos da legislação aplicável. Desse modo, não há óbice para a declaração da regularidade do procedimento em análise.

Tudo considerado, acompanho os posicionamentos firmados pela Inspetoria de Controle Externo e pelo representante do Ministério Público de Contas e voto nos termos de: declarar regular o procedimento de execução financeira do Contrato n. 1/2013, celebrado entre a Agência Estadual de Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul/AGIOSUL e o Conselho da Comunidade de Campo Grande, com fundamento na regra do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

É como voto.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Conselheiro relator e proferida no sentido de declarar a regularidade do procedimento de execução financeira do Contrato Administrativo n. 1/2013, celebrado entre a Agência Estadual de Imprensa Oficial de Mato Grosso do Sul-AGIOSUL e o Conselho da Comunidade de Campo Grande.

Presidência do Exmo. Sr. Ronaldo Chadid

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Waldir Neves Barbosa e Ronaldo Chadid

Presente o Exmo. Sr. João Antônio de Oliveira Martins Júnior, Procurador de Contas

Campo Grande, 2 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO PEREIRA CABRAL
Conselheiro Relator